

Greve da Receita obrigou cortes no Orçamento

Categorias novamente se reuniram com governo, sem solução

Por Gabriela Gallo

Ao anunciar nesta quinta-feira (22) R\$ 31,3 bilhões de cortes no orçamento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu o impacto negativa que o país está sofrendo com a greve dos servidores da Receita Federal, que já dura quase 180 dias. Apesar do impacto, que levou o governo ao anúncio do corte, a situação dos analistas e auditores continua indefinida.

Os sindicatos dos Analistas Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) e dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita) se reuniram novamente com o Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), nesta quinta-feira (22). A categoria reivindica reestrutura de carreira e reajuste salarial, tanto para servidores ativos quanto aposentados. Segundo o Sindireceita, a categoria solicitou um reajuste de 9% para junho deste ano e 9,2% para abril de 2026.

Porém, de acordo com o presidente do Sindireceita, Thales Freitas, a reunião entre o governo e os sindicatos “começou tensa” porque, segundo o analista tributário, o MGI apresentou uma “proposta inaceitável”. Até o fechamento da edição, a negociação não avançara para um ponto satisfatório.

“A proposta inicialmente apresentada pelo governo foge das próprias premissas que foram apresentadas na reunião anterior porque oferecem um reajuste de apenas 4,5% para abril de 2026. E para os aposentados, tira apenas um degrau da escada de saída dos aposentados. Então, não fala da escada de entrada dos recém empossa-



Valter Campanato/Agência Brasil

Haddad reconheceu os impactos da greve da Receita no desempenho do governo

dos, não reestrutura nem a escada e nem a forma de cálculo da escada de saída”, ele disse.

No funcionalismo público, a “escada de saída” se refere a um tipo de carreira onde um cargo inicial, geralmente mais acessível, serve como trampolim para funções mais bem remuneradas ou com maior responsabilidade.

“A gente está pedindo o bônus integral entre ativos e aposentados, mas que, no mínimo, colocasse uma escada de saída da AGU [Advocacia-Geral da União], que hoje está em 52% o piso. Então está totalmente inaceitável, muito aquém daquilo que se esperava”, completou Thales.

A reunião começou por volta das 16h, mas diante da falta de acordo e o “clima tenso” entre os presentes, obrigou uma pausa de no mínimo 15 minutos para as categorias se reorganizarem. Até o fechamento desta reportagem, não foram confirmadas novas negociações

entre os sindicatos e o MGI.

Contingenciamento

Horas antes da reunião entre governo e servidores da Receita Federal, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, anunciaram um bloqueio de R\$ 31,3 bilhões ao Orçamento da União. Em entrevista coletiva, Simone Tebet alegou que a medida foi necessária porque os gastos previdenciários, especialmente após a Polícia Federal descobrir o esquema de fraudes contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), superaram as projeções. O corte de gastos será feito nos gastos não obrigatórios dos ministérios.

Mas, para além da crise previdenciária, Fernando Haddad destacou que outros pontos reforçaram a necessidade da equipe econômica do governo anunciar o corte de gastos. E como já havia sido adiantado

pelo Correio da Manhã, o ministro reconheceu o impacto da paralisação de servidores da Receita Federal também influenciava no bloqueio do orçamento, já que está afetando o desempenho da arrecadação federal. Diante disso, a expectativa é que o governo federal chegue a um acordo com a categoria para tentar amenizar a situação e tentar concluir a meta fiscal de déficit zero.

Reestruturação

A negociação da categoria com o Ministério da Gestão ocorreu no dia seguinte após o plenário da Câmara dos Deputados aprovar o Projeto de Lei (PL) nº 1466/25 que determina a reestruturação de carreira e reajuste salarial de algumas categorias do funcionalismo público. O texto segue para o Senado. O Congresso tem até o dia 2 de junho para concluir.

Porém, o projeto não abrange algumas categorias do funcionalismo público.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Zanin foi relator de ADI contra código gaúcho

Lei ambiental deve esbarrar em decisão do STF

Decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais artigos de leis gaúchas devem servir de precedentes para questionamento a projeto aprovado pelo Senado que facilita o licenciamento ambiental.

A proposta de lei foi classificada de “golpe de morte” pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

No mês passado, o plenário do STF aprovou, por

maioria, voto do ministro Cristiano Zanin que, entre outros pontos, limitou a emissão de Licença Ambiental de Compromisso (LAC) apenas para casos de atividades e empreendimentos de baixo potencial degradador.

Essa licença é concedida pelo próprio empreendedor, que se compromete a respeitar requisitos estabelecidos por órgãos estatais.

Libera geral

O projeto aprovado pelo Senado prevê que a LAC seria válida para empreendimentos de um modo geral, faz exceção apenas para aqueles que teriam impacto significativo no meio ambiente. Autoriza até atividades e os empreendimentos de pecuária intensiva de médio porte.

Voo direto

Emenda do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), criou a Licença Ambiental Especial (LAE). Será uma licença única, que dispensará etapas e terá prioridade em sua análise. Será válida para projetos que tenham sido onsiderados prioritários pelo governo.

Por tortura sofrida na ditadura, Dilma recebe anistia política

Por Karoline Cavalcante

A Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania concedeu, nesta quinta-feira (22), anistia política à ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em reconhecimento à violação que ela sofreu durante a ditadura militar (1964-1985) — incluindo tortura, prisão arbitrária, cassação de direitos políticos, perseguição profissional e violência de gênero.

Em nome do Estado brasileiro, também recebeu um pedido formal de desculpas.

Por unanimidade, o voto do relator, conselheiro Rodrigo Lentz foi acompanhado pelos demais membros do conselho.

No seu parecer, Lentz argumentou que a Lei da Anistia, que perdoa as vítimas do regime militar, é uma política pública da justiça de transição que constitui um pilar da mudança da política de uma cultura autoritária para a democrática, que, segundo ele, é vital para a defesa do Estado democrático de direito.

Torturas

“A anistia de 1988 é um instrumento de reconstrução democrática e reconhecimento do sofrimento político como violência de Estado”, declarou o relator. “Jamais poderá ser confundida com impunidade a conspirações autoritárias contra o regime democrático”.



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Estado pediu perdão a Dilma pelas torturas na ditadura

O relator contou a trajetória e as torturas que foram cometidas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo contra a ex-presidente. Também traz uma série de depoimentos incluídos nas denúncias dela.

“Se o interrogatório é de longa duração, com um ‘interrogador experiente’, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque. Uma dor que não deixa rastros, só te mina. Muitas vezes também usavam palmatória, usavam em mim muita palmatória”, diz um dos trechos.

O pedido foi protocolado pela ex-presidente em 2002,

ano de criação da comissão.

Porém, a própria Dilma pediu pela suspensão do processo enquanto ocupava cargos no governo.

Ao sofrer impeachment em 2016, ela solicitou o retorno da tramitação e teve seu requerimento negado em 2022, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na ocasião, Bolsonaro chegou a sugerir que Dilma tentasse novamente quando um governo de esquerda voltasse ao poder. Ela recorreu novamente até ter a análise atendida na quinta-feira, quando o país está sendo governado por um presidente de esquerda.

Provimento parcial

A decisão contempla também o provimento parcial do recurso apresentado pela ex-presidente. Dilma havia pedido uma indenização de R\$ 10.735 a ser paga mensalmente em razão da época em que foi demitida da Fundação de Economia e Estatística (FEE), quando recebia este valor de salário. Além disso, pediu a contagem do tempo do período em que sofreu tortura e detenção. No entanto, o teto legal das reparações é de R\$ 100 mil, valor que será pago a ela em parcela única.

“Esta comissão, pelos poderes que lhe são conferidos, lhe declara anistiada política brasileira. E, em nome do estado brasileiro, lhe pede desculpas por todas as atrocidades que lhe causou o estado ditatorial. Causou à senhora, à sua família, aos seus companheiros de luta e, ao fim e ao cabo, como disse o relator, a toda a sociedade brasileira”, disse a presidente da comissão, Ana Maria Oliveira.

Por conflitos de agenda, a atual presidente do Novo Banco de Desenvolvimento — o banco do Brics — não conseguiu comparecer presencialmente.

Porém, as deputadas federais do Maria do Rosário (PT-RS), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Érika Kokay (PT-DF) estiveram no local.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Augusto Aras questionou lei ambiental no Supremo

Advogado ressalta que corte não abriu mão de etapas

De acordo com decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.618, a Licença Única também só pode ser aplicada em projetos de baixo risco ambiental.

Advogado que atuou no processo em nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS, Alexandre Noal dos Santos diz que a corte foi clara ao di-

zer que não se pode abrir mão de etapas no processo de licenciamento.

Com isso, determinou a concessão de licenças Prévia, de Operação e de Instalação.

O STF também declarou inconstitucional a Licença de Operação e Regularização que permitia funcionamento de atividades não aprovadas.

Outras decisões

A ADI 6.618 contra leis ambientais gaúchas foi proposta pelo então procurador-geral da República, Augusto Aras. Noal dos Santos diz que outras decisões do STF reforçam a necessidade de respeito a princípios constitucionais relativos à proteção do meio ambiente.

Disputa

Líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ) se recusa a dizer nomes que pensa em indicar indicar para representar a bancada na CPI que investigará a rouboalheira no INSS. Segundo ele, a briga por vagas é muito grande: “Todo mundo quer”, explica.

Quem pode

Todas as ações precedentes podem ser utilizadas na eventual contestação às medidas aprovadas pelo Senado caso sejam aprovadas na Câmara e sancionadas pelo presidente da República. Sindicatos e partidos políticos estão entre entidades que podem propor ADIs.

Fora da ordem

Na briga pela anistia, Sóstenes aceitou preparar uma minuta de substitutivo a projetos que já tramitam. Mas deixou claro para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) que essa etapa só deveria ocorrer em comissões e no plenário.